

Influxos da ciência moderna no discurso arquivístico

Cássio Murilo Alves Costa Filho Universidade de Brasília, Brasília (DF), Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-6125-9003>
acosta.cassio@gmail.com

Renato Tarciso Barbosa de Sousa Universidade de Brasília, Brasília (DF), Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-5647-7903>
renatosousa@unb.br

Angelica Alves da Cunha Marques Universidade de Brasília, Brasília (DF), Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-4642-5912>
angelicacunha@unb.br

Resumo Demonstra e discute impressões distintivas da Ciência Moderna no discurso da Arquivologia. Para isso, investiga a Modernidade, a filosofia positivista e a Ciência Moderna visando ao reconhecimento de seus princípios epistemológicos e regras metodológicas. Elege princípios e fundamentos que sustentam o pensamento arquivístico e intenta verificar na formação discursiva da disciplina influências herdadas da Ciência Moderna. Empreende pesquisa teórica, com abordagem qualitativa e de caráter exploratório-descritivo. Utiliza o método da história cruzada e a abordagem da arqueologia dos saberes para analisar fontes bibliográficas à luz de um debate aprofundado sobre história e comparação buscando identificar enunciados próprios da formação discursiva da Arquivologia. Verifica que a Modernidade inaugura um campo discursivo comum e que o saber científico moderno se edifica sob os pilares da ordem, da separabilidade e da razão. Constata que a Ciência Moderna imprime no discurso da Arquivologia características relativas à objetividade, universalidade, neutralidade, formulação de leis gerais, identificação de regularidades, separação, quantificação, classificação e determinação de relações sistemáticas. Conclui que os fundamentos da Arquivologia são guiados pelo ideal de verdade moderno, baseiam-se no método científico e no racionalismo cartesiano, bem como recebem influências diretas da metodologia das Ciências Naturais, tendo como principais exemplos os usos de perspectivas geológicas e de metáforas biológicas.

Palavras-chave Arquivologia. Modernidade. Positivismo. Ciência Moderna. Discurso.

Influences of modern science on the archival discourse

Abstract Analyzes and identifies distinctive impressions of modern science in the discourse of archival science. To do so, it investigates modernity, positivist philosophy, and modern science, aiming to recognize their epistemological principles and methodological rules. It selects principles and foundations that support archival thinking and attempts to verify influences inherited from modern science in the discipline's discursive formation. It undertakes theoretical research with a qualitative and exploratory-descriptive approach. It uses the cross-history method and the archaeology of knowledge approach to analyze bibliographic sources in light of an in-depth debate on history and comparison, seeking to identify statements specific to the discursive formation of archival science. It verifies that modernity inaugurates a common discursive field, and that modern scientific knowledge is built on the pillars of order, separability, and reason. It notes that modern science imprints in the discourse of archival science characteristics related to objectivity, universality, neutrality, formulation of general laws, identification of regularities, separation, quantification, classification, and determination of systematic relationships. It concludes that the foundations of archival science are guided by the modern ideal of truth, based on the scientific method and Cartesian rationalism, as well as directly influenced by the methodology of natural sciences, with the main examples being the use of geological perspectives and biological metaphors.

Keywords Archival Science. Modernity. Positivism. Modern Science. Discourse.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 24/04/2023
Aprovado em 05/07/2023
Publicado em 01/01/2024

1 INTRODUÇÃO

A investigação da configuração científica da Arquivologia nos impele a questionar sobre influências teóricas e metodológicas que se fizeram primordiais nesse processo. Sob esse aspecto, recorrendo ao contexto de surgimento da disciplina arquivística, verificamos que a consolidação da Ciência Moderna, forma legítima de produção de conhecimento e de intervenção na natureza e na sociedade (SCHMIDT, 2012), atuou diretamente para o provimento dos subsídios epistemológicos que formaram os alicerces do discurso da Arquivologia.

O objetivo deste artigo é demonstrar e discutir impressões distintivas da Ciência Moderna no discurso arquivístico. Para tanto, efetuaremos um cruzamento entre a construção moderna e positivista do saber e a configuração de uma teoria distintiva para embasar o estudo dos arquivos. Nosso panorama de pesquisa é demarcado temporalmente pelo período que envolve os séculos XVIII e XIX — momento em que a Arquivologia se ilumina como uma disciplina científica (MARQUES, 2011) — e, espacialmente, pelo centro originador do discurso arquivístico moderno, a Europa Ocidental (COOK, 1997). A determinação do discurso arquivístico constitui-se sobretudo pelas principais obras circunscritas pela Modernidade, destacando-se o manual dos arquivistas holandeses (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973), e pela análise de fundamentos teóricos e metodológicos da Arquivologia.

Quanto ao último aspecto, tal definição se dá em conformidade com Rousseau e Couture (1998), os quais reconhecem como os princípios que constituem a base da disciplina arquivística: o princípio da territorialidade, o princípio da proveniência e a abordagem das três idades; e, complementarmente, com Gilliland (2000), que considera como os fundamentos essenciais que sustentam a perspectiva arquivística: a santidade da evidência, respeito aos fundos, proveniência e ordem original; o ciclo vital dos documentos; a natureza orgânica dos documentos; e a hierarquia de documentos e de suas descrições.

Para chegarmos aos influxos da Ciência Moderna, primeiramente contextualizamos a Modernidade e a Filosofia Positivista, a fim de compreendermos os princípios epistemológicos e regras metodológicas intrínsecos a essa visão de mundo. Por seguinte, analisamos o processo constitutivo da Ciência Moderna com o intuito de identificar suas principais facetas e erigir um arcabouço de conceitos que orientará nossa inquirição ao discurso arquivístico moderno.

Para perfazer o objetivo deste artigo, desenvolvemos uma investigação de natureza teórica, com abordagem qualitativa e de caráter exploratório-descritivo (CRESSWELL, 2003). De acordo

com os procedimentos metodológicos, nosso universo de pesquisa é delineado a partir de levantamento, revisão e análise bibliográficos.

O referencial teórico-metodológico de nossa pesquisa se baseia na proposta da história cruzada exposta por Werner e Zimmermann (2003), que nos possibilita analisar as fontes bibliográficas à luz de relacionamentos históricos — para além da comparação —, com o intuito de despertar a atenção para a necessidade de historicização do objeto, das categorias e das relações entre o pesquisador e o objeto. Adicionalmente, utilizamo-nos da arqueologia dos saberes (FOUCAULT, 2008), com o fim de identificarmos enunciados próprios da formação discursiva da Arquivologia.

2 A MODERNIDADE

Nossa tentativa de estabelecer uma delimitação temporal para definirmos o escopo de nossa análise pode se mostrar parcial e incompleta, visto que o prelúdio da Modernidade pode adquirir diferentes significados a depender do campo do conhecimento que se dedica a essa tarefa. Ainda que façamos referência a eventos posicionados em épocas anteriores e posteriores, verificamos que o corte arqueológico realizado por Foucault (1999), o qual separa a Idade Clássica da Modernidade, aponta para o fim do Século XVIII e o reconhece como período em que fica clara a diferenciação de seus discursos, fato que permite sua representação sob a classificação de episteme moderna (séculos XIX-XX), em contraposição a uma clássica (séculos XVII-XVIII). Habermas (2000) também remete aos mil e oitocentos como o decurso do surgimento de uma nova consciência de Modernidade, distinta à utilizada para designar a nova ordem cristã em oposição ao passado pagão, própria da Antiguidade.

Para Kumar (1997), há marcos históricos que funcionam como retratos da Modernidade. A Revolução Francesa de 1789 pode ser reputada como a primeira revolução verdadeiramente moderna. Chauí (2000) busca superar imprecisões e equívocos próprios de escolhas de datas e períodos, a partir da ideia de que a filosofia moderna consiste em uma abstração que reconhece a existência de um campo de pensamento ou de um campo discursivo comum a todos os pensadores modernos e no interior dos quais suas semelhanças e diferenças se configuram. Ao tentar proceder com uma delimitação temporal, julgamos de suma relevância posicionarmos esse campo que abriga a Modernidade espacialmente, isto é, explicitar seu *locus* e destacar sua importância para a produção de discursos. Conquanto subentendido, demarcar a Europa Ocidental como, em conformidade com Habermas (2000), terreno para a germinação das ideias ligadas à

Reforma, à Ilustração e à Revolução Francesa, mostra-se conveniente para desenredar o cenário a ser analisado.

Reconhecendo que as tecnologias estão ligadas à existência humana desde a Antiguidade, é possível afirmar que a chamada Revolução Industrial aguçou a discussão sobre elas, que passaram a se tornar cada vez mais imprescindíveis no bojo da vida cotidiana moderna. Tem-se, como consequência da referida revolução, a consolidação do capitalismo, com a produção e a circulação de mercadorias em massa, e outros avanços técnicos significativos, com destaque para os sistemas de transporte e de comunicação. A presença cada vez mais marcante das tecnologias na vida diária do homem moderno, aliada aos avanços nas tecnologias da comunicação, determinou um novo modo de ser, de viver e, principalmente, de enxergar o mundo.

O novo está no cerne da Modernidade e, conseqüentemente, a necessidade de ruptura com o antigo urge. Diversos teóricos do Século XVII passaram a rejeitar a ideia comum entre renascentistas de que os antigos detinham mais sabedoria e seus feitos mereciam uma maior atenção em virtude de seu elevado grau de maturidade. Os elementos caracterizadores do mito da Modernidade por Hottois (2003) complementam o panorama apresentado: universo racionalista; fé na ciência e na técnica; dominação-exploração da natureza pela humanidade; desprezo pelo passado; e utopismo. Logo, apercebe-se que o discurso moderno visa à emancipação do homem a partir da utilização da razão como instrumento.

3 A CONSTITUIÇÃO DA CIÊNCIA MODERNA E SUAS PREMISSAS CONSTITUINTES

A constituição da Ciência Moderna se confunde com a própria gênese da Modernidade. Logo, impossível abordar uma sem referenciar a outra. Verificamos que o desenvolvimento da ciência não pode ser apenas creditado a poucas mentes iluminadas, descoladas de seu tempo, mas deve ser compreendido como um construto coletivo pertencente a um projeto maior de atualização — vide crescente interesse pelo novo — das sociedades europeias. Uma das particularidades essenciais da ciência racionalista situa-se na natureza do saber.

Pode-se verificar uma verdadeira desconjuntura de um ordenamento preponderantemente teológico e ontológico, típico das formas de conhecimento grega e medieval, para a busca de uma teoria do conhecimento pautada por uma crescente valorização metodológica. A construção moderna do saber deve ser tangenciada por procedimentos ordenados, uniformes e rigorosos, requisitos factuais para seu revestimento de objetividade e consecução de validade. Por

consequente, toda a capacidade de racionalização é canalizada para a organização de um saber metódico, que recebe a chancela de científico. Para Arendt,

Afirmou-se frequentemente que a ciência moderna nasceu quando a atenção deslocou-se da busca do “que” para a investigação do “como”. Essa mudança de ênfase é algo quase óbvio se se pressupõe que o homem somente pode conhecer aquilo que ele mesmo fez, na medida em que essa hipótese implica, por sua vez, que eu “conheça” uma coisa sempre que compreendo como ela veio existir. Ao mesmo tempo, e pelas mesmas raízes, a ênfase deslocou-se do interesse nas coisas para os interesses em processos, dos quais as coisas iriam em breve se tornar subprodutos quase acidentais (ARENDR, 2002, p.88).

Referendando a análise de Morin, Gauer (1996) enxerga a ciência desse período por meio de uma categorização composta por duas correntes: a primeira, designada racionalista e idealizada por Descartes, limita o homem à sua razão; e a segunda, dirigida por Bacon, chamada de empirista, limita-o ao domínio de sua sensibilidade. Tratam-se de dois modelos de pensamento que permitem a condução de investigações isentas de preocupações teológicas ou metafísicas.

Para que pudesse ser fundada sob a excelência do método, a Ciência Moderna se assentou na objetividade do conhecimento sobre o mundo instrumentalizando-se da observação e da experimentação, dois de seus traços mais significativos. A influência do método cartesiano para o pensamento ocidental o transforma em uma espécie de sinônimo de método científico. Assim, com base na ponderação desses postulados, podemos extrair o que julgamos como as características fundamentais da Ciência Moderna.

Nas sistematizações realizadas por Morin e Le Moigne (2000) acerca do pensamento científico clássico, pode-se constatar claramente uma síntese da aludida abordagem cartesiana. Segundo os autores, a ciência se edificou sob quatro pilares da certeza: o princípio da ordem; o princípio da separação; o princípio da redução; o caráter absoluto da lógica indutivo-identitária. Em seguida, propõem uma tríade formada pelos seguintes pilares: ordem, separabilidade e razão.

O primeiro sustentáculo constitui-se como um dos principais objetivos da ciência e decorre de uma concepção determinista e mecanicista do mundo. Parte-se da premissa que por trás de qualquer desordem existe uma ordem a ser alcançada.

A noção de ‘ordem’ se depreendia de uma concepção determinista e mecânica do mundo. Qualquer desordem aparente era considerada como o fruto da nossa ignorância provisória. Atrás da desordem aparente existia uma ordem a ser descoberta (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 199).

A busca pela ordem a partir do determinismo pressupõe que fenômenos ordenados são necessariamente determinados e que há relação causal entre eles, ou seja, caso um ocorra, o outro se sucederá em consequência. Como resultado, vê-se a afirmação e consolidação de uma visão de mundo guiada por um determinismo rigoroso, em que tudo é passível de explicação por meio de uma abordagem de causa e efeito.

No aspecto mecanicista, enxergamos na perspectiva do físico Isaac Newton (1643-1727) a melhor forma de clarificação, posto que tais fundamentos passaram a constituir o alicerce da Física clássica. Tendo como principal parâmetro, dentre outros, as descrições matemáticas da natureza empreendidas pelo italiano Galileu Galilei (1564-1642) e à semelhança de Descartes, que também atua como um dos fundadores de uma corrente filosófica baseada em uma interpretação mecanicista do universo, Newton usa de uma metáfora básica para guiar seu raciocínio: a do mundo-máquina, mais especificamente a partir da interpretação do relógio mecânico. Constatamos que, da segunda metade do século XVII até o fim do século XIX, essa cosmovisão mecanicista foi preponderante no pensamento científico. Para Gauer:

A configuração moderna dos valores subordinou o homem a novas regras, por exemplo, o uso do relógio, que estava vinculado ao mundo público e produtivo das cidades. Os valores como uma construção do pensamento, a precisão das máquinas, resultado da aplicação da ciência à indústria como uma supremacia da teoria sobre a técnica mudaram a relação entre o homem e a natureza (GAUER, 1996, p.24).

Da apuração realizada, é possível depreender que determinismo e mecanicismo insurgem como cláusulas de cientificidade. Santos (2010, p. 29) corrobora com o disposto ao declarar que a racionalidade moderna aspira “à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vista a prever o comportamento futuro de fenômenos”.

O segundo preceito, que consiste na subdivisão de qualquer problema a níveis mínimos, reduzindo o todo a seus componentes fundamentais, evidencia o caráter analítico do método científico. Além da fragmentação do objeto, vê-se a separação das grandes ciências em disciplinas por meio da propagação da especialização de técnicas, fenômeno mencionado por Morin e Le Moigne (2000) como parcelarização generalizada do saber. Seguindo a classificação desses estudiosos:

O segundo pilar do pensamento clássico é a noção de separabilidade. Ela corresponde ao princípio cartesiano segundo o qual é preciso, para estudar um fenômeno ou resolver um problema, decompô-lo em elementos simples. Esse princípio se traduziu cientificamente, de um lado, pela especialização, depois pela hiperespecialização disciplinar, e de outro, pela ideia de que a realidade objetiva possa ser considerada sem levar em conta seu observador (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 199).

Dois aspectos da separabilidade despontam como notáveis características da Ciência Moderna: o reducionismo e a disjunção. O princípio da redução, também tratado como pilar do pensamento científico clássico em uma das sistematizações de Morin e Le Moigne (2000), tende a reduzir o conhecível àquilo que é mensurável, quantificável e formalizável. Ele fortalece o princípio da separabilidade ao supor que os elementos de base do conhecimento se delimitam aos domínios físicos e biológicos em detrimento da compreensão do conjunto, da mudança e da diversidade. Já a disjunção diz respeito ao isolamento do objeto ao seu meio e à separação entre o objeto e o

sujeito. A definição de uma distância, somente viável por intermédio da razão, pode ser vista como primado para a emancipação de um conhecimento conjecturado por uma percepção pessoal. A neutralidade enseja a completa independência do objeto investigado de modo a resguardá-lo de uma influência subjetiva do observador. Concomitantemente, em sentido contrário, faz com que o observador busque a não interferência no objeto, reconhecendo sua plena autonomia e controle na observação.

O terceiro pilar diz respeito à razão absoluta e às questões relativas à lógica indutivo-dedutivo-identitária. Para Morin e Le Moigne (2000), a razão clássica repousa sobre três princípios: da indução, da dedução e da identidade. Por essa lógica, tudo que não passa pelo crivo da razão deve ser depurado da ciência. Dentro dessa perspectiva, ao elencar os pilares sobre os quais se edifica a Ciência Moderna, os mesmos autores reputam à Ciência Moderna o princípio da causalidade linear, conceito abordado por ele como de grande relevância para a construção do pensamento científico moderno.

Direcionando seu foco para a filosofia mecanicista, Koyré (1991) destaca que a forma de interrogar metodicamente a natureza se dá por intermédio de uma linguagem própria, que é geométrica e matemática. Descartes (1999, p.18) deixa pistas nítidas ao afirmar que “[...] na procura do reto caminho da verdade, não nos devemos ocupar de nenhum objeto sobre o qual não possamos ter uma certeza tão grande como a das demonstrações da Aritmética e da Geometria”.

O apontamento do foco do estudo para as Ciências Naturais concorre vigorosamente para a configuração da Ciência Moderna sob essa égide. Para Santos (2010), o conhecimento científico se estabelece em concordância com sua natureza teórico-metodológica, pautada em princípios e regras ligados à separação, quantificação e classificação, e se constitui como “um conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vista a prever o comportamento futuro dos fenômenos” (SANTOS, 2010, p.29).

Tendo em vista sua restrição ao âmbito das Ciências Naturais, o modelo de racionalidade científica moderna apenas chega às Ciências Sociais nos séculos XIX e XX, mesma época em que estas se estabelecem nas universidades e integram o processo de estruturação de disciplinas enquanto categorias organizadoras do conhecimento.

Em conclusão, os princípios epistemológicos e regras metodológicas inerentes à Ciência Moderna, de acordo com Santos (2010), dizem respeito a separar, quantificar, classificar, determinar relações sistemáticas e rejeitar tudo o que não seja objetivo, em estrita conformidade com a cartilha cartesiana. Dispondo dessa natureza teórico-metodológica, o conhecimento

científico tem como alicerce a ideia de ordem e estabilidade, que vem a se tornar um dos pilares da ideia de progresso que ganha corpo no pensamento europeu a partir do século XVIII.

4 A FILOSOFIA POSITIVISTA E O PENSAMENTO CIENTÍFICO MODERNO

No seu intento de explicitar a superioridade do conhecimento científico, o filósofo francês Auguste Comte (1798-1857) guiou-se pelos ideais modernos para justificar seu otimismo e crença no progresso tecnológico. O estado positivo, em síntese, constitui o estágio final da evolução humana, ou seja, arquétipo excelso de convívio social para o qual a humanidade se dirige. Logo, o positivismo tem conexão direta com a forma de fazer ciência concebida na Modernidade.

No domínio do desenvolvimento das ciências, a busca pelo estado positivo representa uma ruptura radical com a postura abstrata e metafísica clássicas, ao apregoar como fundamento a substituição de questões filosóficas pautadas pela essência das coisas por outras que remetem diretamente ao observável. O estado positivo caracteriza-se, segundo Comte (1978a), pela primazia da observação frente à imaginação. Isso significa que a visão positiva dos fatos renuncia a reflexão acerca das causas dos fenômenos — procedimentos teológico e metafísico — e transfere o foco para uma pesquisa que busca identificar leis, essas reconhecidas como relações constantes entre fenômenos observáveis. Trata-se, portanto, de submeter a apreensão legítima da realidade ao crivo da ciência, esta entendida como instrumento legítimo para viabilizar a descoberta de leis fundamentais, naturais e invariáveis, às quais todos os fenômenos estão sujeitos.

É possível reconhecer que a primeira tradição epistemológica atinente às Ciências Sociais é positivista, visto que a vitalidade da obstinação racional do pensamento moderno se faz fundamental no pensamento positivista, tendo em vista que ele também preconiza a construção de um conhecimento da sociedade liberto de ideologias, valores e visões de mundo. Dessa forma, a ciência pura, marcada pelo positivismo, prescreve que a produção de conhecimento se dá de modo objetivo — isoladamente de interesses e emoções — e tem como referencial a dinâmica das Ciências Naturais, empíricas em sua essência.

Ao estabelecer como pressuposto fundamental do positivismo o entendimento das leis reguladoras da sociedade como congêneres às leis que explicam os fenômenos da natureza, os pensadores positivistas conferem à metodologia das Ciências Sociais a mesma essência do instrumental das Ciências Naturais. Portanto, podemos verificar que o positivismo defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro, isto é, só é factível afirmar que uma teoria é legítima se sua comprovação se dá por meio de métodos científicos

válidos. É sob esta lógica que as concepções positivistas se inserem na esfera das Ciências Sociais e firmam uma estrutura coerente e operacional.

Baseado na identificação dessas leis, o homem se torna capaz de prever fenômenos, logo, passa a ter poder de agir sobre a realidade. Verifica-se em Comte (1978b) mais uma característica básica da doutrina positivista: a previsibilidade, aventada sob o lema “ver para prever”. De acordo com ele, “o verdadeiro espírito positivo consiste, sobretudo em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais” (COMTE, 1978b, p. 50). Ante a perspectiva da previsibilidade, a ciência é capaz de explicar fatos observados.

Uma das ideias centrais da doutrina positiva corresponde, portanto, ao juízo de que a sociedade se encontra em desordem, devendo ser reorganizada a partir das ideias, seguidas da moral, e, por fim, da política. Exatamente, nessa reorganização está inserido o espírito positivo — antimetafísico —, como aquele que traria uma unidade de método de análise em todos os campos do conhecimento, visto que a ideia de ordem se destaca no empenho positivista de sistematizar a Filosofia, o que leva à necessidade de classificar as ciências e todo o conhecimento.

Exemplo disso consiste na proposta de Comte de criação de um sistema classificatório das ciências, estabelecido com base na distinção entre abstrato e concreto. Para o teórico, a arte de classificar, tal qual empreendida em trabalhos de botânicos ou zoólogos, tem como princípio uma aplicação direta do método positivo. Diferentemente de outras, entendidas como homogêneas por não considerarem distinções positivas, metafísicas e teológicas, a classificação positiva deve provir do próprio estudo dos objetos a serem classificados, “sendo determinada por afinidades reais do encadeamento natural apresentado por eles, de sorte que esta classificação seja ela própria a expressão do fato mais geral manifestado pela comparação aprofundada dos objetos que abarca” (COMTE, 1978a, p.22).

5 IMPRESSÕES DA CIÊNCIA MODERNA NO DISCURSO ARQUIVÍSTICO

É da caminhada em direção ao gradual cotejamento dos fundamentos da Arquivologia frente à Modernidade, que colocamos o nosso ponto de partida: o ideal filosófico de verdade moderno como definidor de uma metanarrativa histórica e legal no âmbito da disciplina. Tognolli e Guimarães (2011), ao definirem as bases para o entendimento dos documentos como fontes históricas e provas de um fato, declaram que os parâmetros utilizados para o estabelecimento da verdade do racionalismo do século XVIII e do positivismo do século XIX pressupunham inferências,

generalizações e probabilidades. Para os autores, os padrões legais e históricos característicos do período foram incorporados pela teoria e pelo método arquivísticos e mencionam MacNeil (2001, p. 39, tradução nossa), a qual julga que esses “permanecem incorporados no pensamento arquivístico e sustentam nossas suposições atuais sobre o que constitui um documento confiável e autêntico em geral”.

A apropriação do protótipo de verdade moderno pode ser claramente visualizada quando da análise de características inerentes aos documentos arquivísticos — como imparcialidade, autenticidade, naturalidade e inter-relacionamento (DURANTI, 1996 — que se constituem em bases para o desenvolvimento de teorias que apontam para outras peculiaridades — tais quais as moldadas nos postulados de Jenkinson (1937) como “imparcialidade”, “naturalidade” e “neutralidade” (TOGNOLLI; GUIMARÃES, 2011).

Decorre do intento que visa à manutenção das características de confiabilidade e autenticidade o que Gilliland (2000) destaca como a santidade da evidência, crucial para o desenvolvimento da teoria arquivística. A integridade do valor de evidência — ou probatório — de um documento tem sua imutabilidade garantida pela preservação de sua cadeia de custódia, isto é, da documentação dos procedimentos relativos à guarda desde a sua criação à integração ao agrupamento a outros documentos de mesma proveniência. Em suma, verifica-se que o foco da Arquivologia sobre a descrição e preservação das evidências inscritas nos documentos arquivísticos tem muito a ver com a persecução da verdade típica da era moderna.

A ideia de existência de “uma” verdade nos objetos institucionalizados, alcançada mediante um saber sistemático, claro e distinto, ultrapassa disciplinas e alimenta a crença, presente ainda hoje, de que, por intermédio dos documentos, seria possível alcançar a representação inequívoca da realidade social. Já no século XIX, verifica-se uma vigorosa reverberação do cientificismo em diversas áreas do conhecimento (RABELLO; RODRIGUES, 2016, p. 8).

Podemos afirmar que priorização do método científico se fez presente na configuração do saber arquivístico desde os seus primórdios, inclusive nas primeiras teorizações sobre a crítica da autenticidade e da confiabilidade de documentos oficiais escritos — diplomas (RABELLO; RODRIGUES, 2016). A Diplomática, por exemplo, tem seu desenvolvimento pós-renascimento e é largamente reconhecida como a “ciência dos diplomas” (FOSCARINI, 2012). Ainda de acordo com Rabello e Rodrigues (2016), a contribuição da disciplina se mostra fundamental por inaugurar, no campo dos arquivos, uma forma metódica e lógica de apuração, pela primeira vez em conformidade com os pressupostos científicos modernos, sobretudo o já destacado racionalismo cartesiano.

Com a mesma ênfase, MacNeil (2000) aborda a emergência do racionalismo empírico como definidor de um novo arcabouço epistemológico quanto à análise da confiabilidade de documentos, que teve grande influência na constituição da historiografia e do Direito. A partir desse momento, tem-se, como premissa fundamental para o estabelecimento da verdade, a análise da evidência, que tem sua relevância medida em termos de probabilidade, e não de certeza absoluta.

Sobre o positivismo, podemos notar que menos de vinte anos após o lançamento da seminal obra “Discurso sobre o espírito positivo” de Comte, já havia menção ao ponto central de sua proposição em um informe do *Ministerio de Instrucción Pública* de Florença, em 1867, no qual Francesco Bonaini (1806-1874) resumia seu pensamento acerca do método ideal de organização de arquivos, que teria como pedra de toque o estudo da história da instituição produtora, mencionando expressamente o termo “ciência positiva”:

De pensar como os arquivos foram se formando e acrescentando no curso dos séculos, emerge o mais seguro critério para sua organização. Toda instituição nasceu, se transformou, deixou de existir; diremos melhor: cedeu lugar a outra, surgida em virtude de um transtorno social, de uma necessidade, de uma circunstância qualquer. O testemunho dos fatos, a sucessão das vicissitudes, permanece nos documentos [...]. Mais que as enganosas teorias, pelo menos no nosso caso, vale o extenso conhecimento da história: nela o organizador dos arquivos encontra os verdadeiros elementos de sua ciência; ciência positiva, aplicada com juízo. Ao entrar em um grande arquivo, o homem que já sabe não tudo o que há, mas o que pode haver, começa a procurar não os temas, mas as instituições (BONAINI apud LODOLINI, 1993, p. 158-159, tradução nossa).

Verificamos que as formulações teóricas e metodológicas oriundas do Positivismo são inúmeras no âmbito da Arquivologia. Gordon (2014) acredita que a fundamentação positivista tem estrita relação com o sobrepujamento da já aludida santidade da evidência:

Enquadrando seu trabalho na linguagem positivista oriunda de um racionalismo tanto científico quanto burocrático, os guardiões de documentos imaginam que eles podem permitir que os documentos persistam o mais inalterado possível para que os clientes possam conhecer o passado como ele realmente foi (GORDON, 2014, p. 148, tradução nossa).

De acordo com Harris (1997), o discurso arquivístico, especialmente na África do Sul, é amplamente dominado pela perspectiva positivista. O autor destaca as formulações centrais do positivismo que permeiam o campo arquivístico. Primeiramente, o próprio termo “arquivo” é concebido de forma simples, estável e incontestável. Em segundo lugar, os arquivos são vistos como produtos orgânicos e inocentes, que refletem precisamente a realidade. Dentro dessa perspectiva positivista, o arquivista é caracterizado como um guardião imparcial, cujo foco está na custódia, que compreende os arquivos como objetos físicos. Além disso, o arquivista analisa os

documentos como portadores de memória, negligenciando o papel dos processos de formação da memória. Por fim, a principal preocupação arquivística é postulada como a preservação de uma reflexão precisa da realidade.

Rabello e Rodrigues (2016) ressaltam a perspectiva de representação da realidade calcada na possibilidade de consecução da verdade a partir do emprego de um saber sistemático, que ganha forma no século XIX. A corrente cientificista se faz presente na proposição de disciplinas como a Sociologia e a História e culmina em uma aspiração exacerbada por uma objetividade científica característica das Ciências Naturais. A tentativa de adequação da investigação de fenômenos sociais, tomando como baliza o método próprio das Ciências Naturais, teve, evidentemente, suas repercussões na análise da fidedignidade de documentos. MacNeil (2000) detalha esse processo de espelhamento metodológico: já que o propósito é se chegar a uma observação científica precisa, faz-se necessário um refinamento do documento por meio de sua decomposição em afirmações.

Tal qual sugerido por Mortensen (1999), podemos constatar facilmente um quê de vestígios das Ciências Naturais na feição da disciplina. Vemos culminar dessa aproximação a articulação do ideal da natureza orgânica, fundamental no delineamento da teoria arquivística. Em primeiro lugar, julgamos possível acentuar alguns achados oriundos de uma análise terminológica elementar. Conforme Procter (2008), há indicativos naturais na própria designação da disciplina que passaria a englobar o corpo de conhecimentos relativos à organização de arquivos.

Prosseguindo com a identificação de tais indícios no cerne da teoria arquivística, encontramos primeiramente analogias realizadas com disciplinas naturais de viés abalizadamente histórico, como é o caso da Paleontologia¹. Nesse sentido, Ilerbaig (2021) indica que, por meio do uso de metáforas biológicas, surgem análises que se baseiam na leitura do arquivo tal qual a observação de um esqueleto de um ser vivo, por exemplo. Há, também, aqueles teóricos que traçaram como caminho lógico para a compreensão e descrição de fatos sucedidos nos arquivos modernos a correlação das evidências presentes nos documentos como sedimentos acumulados naturalmente. No que concerne à aproximação geológica, os primeiros teóricos da Arquivologia a viam como uma metodologia consistente para a leitura da História, a partir da acumulação espacial de sedimentos e de outros traços da atividade geológica. Ao considerarem a Geologia uma disciplina eminentemente histórica, conseqüentemente, julgava-se que ela poderia ser utilizada

¹ A Paleontologia é a ciência natural que se dedica ao estudo da vida que existiu no passado da Terra, assim como ao seu desenvolvimento ao longo do tempo geológico. Além disso, ela também investiga os processos pelos quais a informação biológica é integrada ao registro geológico, ou seja, a formação dos fósseis. O termo "Paleontologia" deriva do grego *palaiós*, que significa antigo, *óntos*, que significa ser, e *lógos*, que significa estudo (MENDES, 1988).

como modelo para um entendimento rigoroso — e, portanto, científico — daquilo que era único e individual em um corpo de documentos provenientes do passado.

Esse espelhamento é verificado por Ilerbaig (2021) e intitulado como metáfora da sedimentação, que nada mais é que a visão da teoria arquivística moderna que culmina na noção de que é possível a leitura de uma evidência documental tal qual um geólogo poderia ler evidências estratigráficas da história terrestre apenas com base no arranjo e na configuração de estratos rochosos.

O aparecimento de sistemas de classificação como importantes recursos ao trabalho desenvolvido na organização de acervos também são apontados por Duchein (1992) como derivações de disciplinas naturais estruturadas no XVIII, como a Química, a Zoologia, a Botânica e a Astronomia. Trata-se de decorrência lógica do pensamento iluminista, que apregoava o tratamento de um objeto de estudo em acordo com uma disposição definida e ordenada em planos lógicos. No âmbito dos arquivos, os profissionais passaram a aplicar essa abordagem na organização de documentos a partir da distribuição de documentos em classes ou séries que correspondiam a conceitos legais, administrativos ou temáticos. Duchein (1992) destaca que o primeiro instrumento dotado dessas características é fruto dos trabalhos de Pierre Danou, dos Archives Nationales da França, em 1808, que culminou na distribuição de documentos originários do governo real e de instituições religiosas em seções “legislativa”, “administrativa”, “jurídica” e “histórica”.

Nos anos de 1920, alguns teóricos da Arquivologia – como Jenkinson (1937) e Casanova (1928) — discutiam a noção que apregoava os arquivos como uma entidade orgânica em crescimento. Trata-se de mais um exemplo da aplicação de uma metáfora orgânica, agora aplicada no sentido de caracterizar o objeto de estudo da disciplina. Ilerbaig (2021) cita que Jenkinson (1937), particularmente, se utilizou da referida metáfora para avaliar sua tão difundida perspectiva acerca da imparcialidade do processo de acumulação, a qual é crucial para a distinção entre arquivos — acumulações naturais — de outros tipos de coleções que eram formadas artificialmente. Nesse ponto, a acumulação e a formação se contrapõem pela intencionalidade de uma intervenção humana.

Além da aplicação para a ilustração do processo de constituição de um arquivo, que ocorre por acumulação — orgânica e natural — e não por formação, a metáfora orgânica da sedimentação também é notabilizada por Ilerbaig (2021) por sua utilização como recurso para a compreensão de arquivos como entidades históricas e veículos de evidência histórica. Nesse sentido, Bautier (1961) afirma que “os documentos são depositados nos arquivos exatamente como os sedimentos que formam as estratificações geológicas, progressivamente e constantemente” (BAUTIER, 1961, p.

1120, tradução nossa). Novamente, teóricos da Arquivologia acharam na ótica geológica não apenas um caminho metodológico capaz de prover de legitimidade seus empreendimentos no ambiente positivista da virada do século, como, também, um modelo disciplinar apto a resolver questões relativas ao relacionamento com a ciência historiográfica.

Ainda sobre a reprodução da metodologia das Ciências Naturais, verificamos na observação de alguns estudiosos, como Vismann (2000) e Steglich (2021), a relevância do pensamento orgânico para a configuração da Ciência Moderna no século XIX. Muito além dos trabalhos publicados pelo eminente teórico Charles Darwin (1809-1882), sobretudo “A origem as espécies”, de 1859, a perspectiva da organicidade perpassava diferentes áreas do conhecimento. Na Arquivologia, em específico, um entendimento uniforme quanto ao arquivo como possuidor de qualidades orgânicas data justamente desse período (GOMES, 2019), como pode ser facilmente visualizado nas articulações referentes ao princípio da proveniência.

Horsman, Ketelaar e Thomassen (2003) alegam que o darwinismo era elemento chave no espectro de perspectivas científicas do século XIX. Para eles, pode-se verificar vestígios da referida teoria sobre a evolução das espécies na seção 2 do manual dos arquivistas holandeses, intitulada “Um arquivo é um todo orgânico”, visto que estabelece que: “o arquivo é, ao contrário, um todo orgânico, um organismo vivo que cresce, se forma e sofre transformações segundo regras fixas. Se se modificam as funções da entidade, modifica-se, concomitantemente, a natureza do arquivo” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973 p. 18). Ademais, com base em uma das primeiras asserções básicas do manual, a qual estabelece que o arquivo surge como consequência das atividades da entidade que o origina, podemos verificar indícios da metáfora da sedimentação, visto que os documentos podem ser visualizados como sedimentos de suas funções ocasionadoras.

Por seguinte, o arquivista americano Leland (1912, p.24, tradução nossa) afirma que “arquivos são o produto e registro do desempenho de suas funções por um corpo orgânico, e devem refletir fielmente o funcionamento desse organismo”. Por fim, destacamos a perspectiva do alemão Brenneke, que entendia a acumulação de arquivos como decorrente do curso natural das atividades da administração pública. Para ele, “os arquivos nascem dos documentos” e são “células de um corpo vívido que tem uma vitalidade pulsante” (BRENNEKE, 1953, p.22, tradução nossa). Essa discussão se estende ao longo desta subseção e veremos adiante mais analogias com a metodologia das Ciências Naturais — que reforçam os ideais da santidade da evidência e da natureza orgânica dos documentos — quando da análise mais verticalizada das impressões modernas no manual holandês.

Avançando no tempo, vemos mais uma vez sobressair a aproximação com as Ciências Naturais. Agora, trata-se de uma nova utilização de metáfora biológica, na articulação do conceito de ciclo vital de documentos. Cabe ressaltar que a noção cujo propósito é associar procedimentos de gestão de arquivos e documentos à vida de um organismo vivo é tida como substancial no âmbito da teoria arquivística moderna, vide o rol alvitrado no início desta subseção. Assim como o ciclo vital dos documentos, compreendemos que sua principal interpretação — a teoria das três idades — tem sua articulação baseada na mesma estratégia elucidativa. Brothman (2006) julga que a adaptação do ciclo de vida no âmbito da Arquivologia não ocorreu de modo inocente, posto que há muito capital intelectual, estratégico, profissional, político e, agora, tecnológico investido nessa perspectiva.

Considerando a reverberação da abordagem científica dominante, que objetivava articular princípios universais aplicáveis em qualquer contexto histórico, legal ou cultural particular, precisamos externar que o referido manual, segundo Mortensen (1999), constitui perfeito exemplar para averiguação sobre como se dá a recepção da teoria científica no processo de configuração disciplinar da Arquivologia. Para o autor, o manual holandês pode ser assimilado como o primeiro tratado científico de arquivos, visto que seu conteúdo demonstra uma ausência de influências políticas, legais e culturais. Duranti (1996) complementa que se trata do primeiro esforço real para articular sistematicamente os conceitos e métodos que encontram sua validade em teorias arquivísticas que privilegiam a lógica e a consistência interna dos arquivos, em vez de seu contexto histórico, legal ou cultural, concepções políticas, jurídicas ou culturais.

Para a autora, quando isso de fato é alcançado, a validade universal pode ser obtida. Lembremos que a universalidade de leis naturais e invariáveis que descrevem fenômenos é marca distintiva da concepção positivista da ciência. Verificamos, pois, que a “aplicabilidade universal” do manual holandês, conforme observa Duranti, “foi claramente percebida por arquivistas contemporâneos e futuros, como demonstrado pelas traduções que foram feitas por mais de sessenta anos após sua primeira edição” (DURANTI, 1996, p. 5, tradução nossa). Para Horsman (2002), a disseminação internacional das ideias do manual holandês — sobretudo as traduções para o alemão em 1905, para o italiano em 1908 e para o francês em 1920 — pode ser, inclusive, tratada como a primeira globalização arquivística. Portanto, podemos constatar nessas asserções a busca incessante daquilo que é imprescindível para que a Arquivologia alcançasse o *status* de cientificidade: universalidade, autonomia, lógica e consistência interna.

Para Schmidt (2012), o final do século XIX pode ser considerado como o momento que marca a busca das ciências pela ocupação de seus espaços na sociedade. Tendo em consideração

que, no campo da Arquivologia, a publicação do Manual dos Holandeses ocorre exatamente nesse período, a autora traça uma relação de lógica mútua entre a finalidade do respectivo manual e a relevância de inclusão de elementos resultantes do fazer arquivístico em discussões pertinentes ao campo teórico científico. Para a autora:

Isto posto, por se traduzir em resultado “acabado” do progresso científico nos moldes positivistas desta época científica Moderna, na qual o importante era documentar técnicas para reproduzi-las em caráter de tarefa, o conhecimento transmitido através da publicação do Manual dos Holandeses foi capaz de elevar práticas e técnicas arquivísticas ao *status* de ciência, já que se apresentava como o resultado de conhecimentos aplicados com vistas a desenvolver problemas/fenômenos de ordem prática (SCHMIDT, 2012, p. 88).

Além da universalidade, o intento da padronização traz incutido outro preceito notável do raciocínio científico moderno: a objetividade. De acordo com Kuroki (2016), a objetividade é inerente às atividades científicas, especialmente enquanto *ethos* da Arquivologia. Isso significa que ela se encontra em constante observação na construção dos saberes científicos, principalmente na maneira como os cientistas desenvolvem reflexões e elaboram enunciados, princípios, teorias e leis. Para Gilliland, tal noção no âmbito da Arquivologia é bastante utilizada como sinônimo de neutralidade e, em alguns casos, aparece de forma similar à imparcialidade. Para a autora, a objetividade deriva de uma "posição filosófica em que ações podem se basear em uma verdade factual discernível ou atingível por meio do método científico e independente das crenças humanas, das quais se deve desconfiar" (GILLILAND, 2011, p. 197, tradução nossa).

Como já vimos, o manual holandês foi estruturado em uma época em que o enfoque científico constituía um ideal tanto para arquivistas quanto para historiadores. Não seria diferente que suas regras não procurassem ser diretivas e objetivas. Logo, a padronização — conquistada a partir de um discurso agudamente objetivo — propiciou a articulação de uma base teórica unificada para que a prática arquivística se desenvolvesse. E, em nosso ponto de vista, é inegável que Muller, Feith e Fruin tenham logrado êxito nessa investida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, os influxos da Ciência Moderna nos fundamentos da Arquivologia dizem respeito, sobretudo, a separar, quantificar, classificar, determinar relações sistemáticas e rejeitar tudo o que não seja objetivo (SANTOS, 2010). Adicionalmente, verificamos que os sustentáculos do saber científico moderno elencados por Morin e Le Moigne (2000), e sintetizados por eles a partir dos pilares da ordem, separabilidade e razão, também perfazem a condição de referenciais teóricos e

epistemológicos cruciais para a disciplina arquivística. Frisamos que outras facetas particulares — tais como o determinismo, o mecanicismo, o reducionismo e a disjunção — decorrentes das características e princípios mencionados, também integram o rol dos referenciais aludidos anteriormente.

Atendo-nos à filosofia positivista, radicada no fazer científico moderno, descobrimos que seus atributos mais relevantes estão amplamente arraigados no pensamento arquivístico. Desses destacamos: a análise de fenômenos anteriores e mais genéricos, com o intuito de se compreender como esses influenciam os fenômenos subseqüentes; a identificação de regularidades e formulação de leis gerais; a relação neutra entre pesquisador e seu objeto de estudo; e a busca pela ordem como condição para alcance do progresso.

No que diz respeito ao discurso arquivístico, podemos verificar que fica clara a reverberação da abordagem científica moderna, principalmente quando analisamos o manual dos arquivistas holandeses, obra que aclara uma tentativa de articulação de princípios universais aplicáveis em qualquer contexto histórico, legal ou cultural particular. Constata-se que a aquisição do *status* de cientificidade da disciplina se dá de acordo com o padrão epistemológico moderno, sendo pautada pela universalidade, objetividade, autonomia, lógica e consistência interna.

O protótipo de verdade moderno também opera como definidor de uma metanarrativa histórica e legal no escopo da Arquivologia. Para viabilizar a determinação da verdade histórica, o emprego do método científico se fez crucial na configuração do saber arquivístico desde os seus primórdios. Nesse ponto, destacamos a contribuição da Diplomática, posto que seus conhecimentos se mostram substanciais por instituir, no campo dos arquivos, uma forma metódica e lógica de apuração, em conformidade com os pressupostos científicos modernos, sobretudo o já mencionado racionalismo cartesiano. Observa-se que a emergência do racionalismo empírico define um novo arcabouço epistemológico quanto à análise da confiabilidade de registros, via controle da cadeia de custódia dos documentos.

A tentativa de adequação da investigação de fenômenos sociais tomando como baliza o método próprio das Ciências Naturais teve diversas repercussões na Arquivologia. Dentre essas, está a análise da fidedignidade de documentos e o uso de metáforas geológicas e biológicas. A aproximação geológica é identificada na apropriação, por parte de teóricos da Arquivologia, de uma metodologia consistente para a leitura da história a partir da acumulação espacial de sedimentos e de outros traços da atividade geológica. A noção da Geologia como uma disciplina eminentemente histórica forneceu subsídios para sua utilização como modelo para um

entendimento rigoroso — e, portanto, científico — daquilo que era único e individual em um corpo de documentos provenientes do passado.

O uso de metáforas biológicas ocorre na noção de que arquivos são entidades orgânicas em crescimento. A perspectiva da organicidade era constituinte do campo discursivo científico moderno e perpassava diferentes áreas do conhecimento. Na Arquivologia, em específico, um entendimento uniforme quanto ao arquivo como possuidor de qualidades orgânicas data justamente desse período, como pode ser facilmente visualizado nas articulações referentes ao princípio da proveniência. Tal entendimento, cujo propósito é associar procedimentos de gestão de arquivos e documentos à vida de um organismo vivo, também pode ser visualizado na articulação do conceito de ciclo vital de documentos e da teoria das três idades.

Diante de todo o exposto, podemos afirmar que houve uma transposição, quase que irrestrita, do referencial teórico e metodológico da Ciência Moderna para a Arquivologia, de forma a estabelecer limites epistemológicos de produção de sentidos, que passou a se delinear dentro de uma concepção racionalista, mecanicista e marcadamente instrumental.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BAUTIER, R. H. Les Archives. *In*: SAMARAN, C. (Org.) **L'Histoire et ses méthodes**. Paris: Gallimard, 1961.

BRENNEKE, A. **Archivkunde**: Ein Beitrag zur Theorie und Geschichte des europäischen Archivwesens. Leipzig: Koehler & Amelang, 1953.

BROTHMAN, B. Archives, life cycles, and death wishes: a helical model of record formation. **Archivaria**, p. 235-269, 2006.

CASANOVA, E. **Archivistica**. 2. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COMTE, A. Discurso sobre o espírito positivo. *In*: Auguste Comte. **Seleção de textos de José Arthur Giannotti**. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978b. p.41-94. (Coleção Os Pensadores).

COMTE, A. Curso de filosofia positiva. *In*: Auguste Comte. **Seleção de textos de José Arthur Giannotti**. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978a. p. 1-39. (Coleção Os Pensadores).

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, n. 43, p. 17–63, 1997.

CRESSWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2003.

DESCARTES, R. **Regras para a orientação do espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUCHEIN, M. The history of European archives and the development of the archival profession in Europe. **The American Archivist**, v. 55, n. 1, p. 14-25, 1992.

DURANTI, L. Archival Science. In: KENT, A. (Ed.). **Encyclopedia of library and information science**. London: CRC Press, v. 59, p. 1–19, 1996.

FOSCARINI, F. Diplomatics and genre theory as complementary approaches. **Archival Science**, v. 12, n. 4, p. 389-409, 2012.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GAUER, R. M. C. **A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GILLILAND, A. J. **Enduring paradigm, new opportunities**: the value of the archival perspective in the digital environment. Washington: Council on Library and Information Resources, 2000.

GILLILAND, A. J. Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. **Archival science**, v. 11, n. 3, p. 193-209, 2011.

GOMES, C. D. L. de S. **Contribuições histórico-epistemológicas da organicidade como nível de integração teórica da Arquivologia**. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GORDON, A. A. **Eurocentric archival knowledge production and decolonizing archival theory**. 2014. Dissertation (Graduate Program in Social and Political Thought) – Faculty of Graduate Studies, York University, Toronto, 2014.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HARRIS, V. Claiming less, delivering more: a critique of positivist formulations on archives in South Africa. **Archivaria**, p. 132-141, 1997.

HORSMAN, P. The last dance of the phoenix or the de-discovery of the archival fonds. **Archivaria**, p. 1-23, 2002.

HORSMAN, P.; KETELAAR, E.; THOMASSEN, T. New respect for the old order: the context of the dutch manual. **The American Archivist**, v. 66, n. 2, p. 249-270, 2003.

HOTTOIS, G. **História da filosofia**. Da renascença à pós-modernidade. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

ILERBAIG, J. Archives as sediments: metaphors of deposition and archival thinking. **Archival Science**, v. 21, n. 1, p. 83-95, 2021.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration**. 2. ed. London: Percy Lund, Humphries & Co. Ltd., 1937.

KOYRÉ, A. **Estudos de história do pensamento científico**. Trad. Márcio Ramalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KUROKI, I. F. M. **Demarcações conceituais dos princípios científicos da Arquivologia e da Ciência da Informação: contribuições para a configuração científica das disciplinas no Campo da Informação**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

LELAND, W. G. The national archives: a programme. **The American Historical Review**, v. 18, n. 1, p. 1-28, 1912.

LODOLINI, E. **Archivística: principios y problemas**. Madrid: Anabad. 1993.

MACNEIL, H. **Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. 2000.

MACNEIL, H. Trusting records in a postmodern world. **Archivaria**, v. 51, p. 46- 47, Spring 2001.

MARQUES, A. A. da C. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.

MENDES, J. C. **Paleontologia básica**. São Paulo: Edusp, 1988. 347 p.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J.L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MORTENSEN, P. The place of theory in archival practice. **Archivaria**, p. 1-26, 1999.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça/Arquivo Nacional, 1973.

PROCTER, M. Life before Jenkinson: the development of British archival theory and thought at the turn of the twentieth century. **Archives**, v. 33, p. 119, 2008.

RABELLO, R.; RODRIGUES, G. M. Documento, forma e materialidade: abordagens probatórias e representação da realidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17. 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB; UFBA, 2016.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998, 356 p. (Nova Enciclopédia, 56).

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

STEGLICH, S. The archive as chronotopos in the nineteenth century: Toward a history of archival times. **History and Theory**, v. 60, n. 2, p. 234-248, 2021.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, p. 21-44, 2011.

VISMANN, C. **Akten**: Medientechnik und Recht. Frankfurt: Fischer, 2000.

WERNER, M.; ZIMMERMANN, B. Pensar a História Cruzada: entre a empiria e a reflexividade. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. 1/2, 2003.

NOTAS DE AUTORIA

Cássio Murilo Alves Costa Filho

Graduado em Arquivologia (2012), Mestre em Ciência da Informação (2016) e Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. Atualmente é Analista de Administração Pública do Tribunal de Contas do Distrito Federal, atuando como Supervisor do Sistema de Gestão de Documentos e Encarregado pela Proteção de Dados Pessoais (DPO). Vencedor do Prêmio Nacional de Arquivologia - Maria Odila Fonseca, categoria Dissertação de Mestrado, promovido pelo Arquivo Nacional, e do Prêmio Melhor Dissertação, promovido pelo Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, ambos no ano de 2017. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria e epistemologia, pós-custodialismo, gestão de documentos e documentos digitais.

Link currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/3941983550795673>

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Possui graduação em História pela Universidade de Brasília (1990), especialização em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo (1992), mestrado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Brasília (1995) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente, é professor associado do Curso de Arquivologia e diretor da Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Representação e Organização da Informação e do Conhecimento. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização de Arquivos, atuando principalmente nos seguintes temas: arquivologia, organização e recuperação de arquivos, gestão de documentos, formação profissional e políticas públicas de arquivo.

Link currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/9941441906608746>

Angelica Alves da Cunha Marques

Doutorado (2011) e mestrado (2007) em Ciência da Informação; graduação em Arquivologia (2003), pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB e da École Nationale des Chartes/Sorbonne(Paris), entre 2014 e 2015. Professora do Curso de Arquivologia da UnB desde 2009. Vice-líder do grupo de pesquisa Fundamentos históricos, epistemológicos e teóricos da Arquivologia (FHETA). Credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ como docente permanente, desde 2020, onde desenvolve projeto de pesquisa sobre os fluxos do conhecimento arquivístico entre os países do Sul no contexto pandêmico. Esteve credenciada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB entre 2013 e 2022.

Link currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/3941983550795673>